

09 NOV 1994

FHC e o Ministério da Defesa

JORNAL DO BRASIL

JORGE ZAVERUCHA* E TIMOTHY J. POWER*

A eleição do novo presidente abre a possibilidade de uma remodelação no quadro institucional. Uma das propostas que poderia vir a integrar o programa de governo de FHC é a criação do Ministério da Defesa (MD). Convém lembrar que, enquanto candidato, FHC ventilou a chance de criar tal ministério. Não contando com apoio castrênse, FHC fez desaparecer do noticiário a referida proposta. Seu recuo, todavia, não é aconselhável por motivos tanto operacionais quanto institucionais. Além do mais, tal proposta conta com amplo apoio da classe política brasileira.

Por que entre os países sul-americanos o Brasil é o único a não possuir MD? Perdemos a chance de criá-lo durante a Constituição de 1988 e corremos o risco de repetir o mesmo erro, fruto, entre outros motivos, da falta de vontade política. Em 1987, a Subcomissão de Defesa do Estado e da Sociedade debateu o assunto, mas foi pressionada pelo lobby militar. De fato, a referida subcomissão conduziu os debates de maneira enviesada: a maioria dos depoentes externos tinha posição nitidamente contrária à criação do MD. Dos 28 depoentes, somente três apresentaram sugestões contrárias ao *status quo*.

Os que se opuseram à criação do MD alegaram

inexistir causalidade entre a criação de um MD e sucesso em guerras, e alertaram para um suposto risco para a democracia, pois o novo ministro se transformaria em um superministro. Os argumentos são facilmente rebatidos. Todos os países membros da OTAN, a mais poderosa aliança militar mundial, possuem MD. Em nenhum destes países existe a figura do superministro e a lealdade para com os chefes de governo é exercida de modo similar à dos outros ministérios. A verdadeira razão de a coalizão civil-militar ter-se oposto à criação do MD foi de ordem política. O surgimento de um MD significaria o fim da participação direta de quatro ministros militares da ativa no gabinete governamental. A atual prática brasileira é inédita nas democracias consolidadas.

Passaram-se seis anos. O momento parece propício para FHC ressuscitar a proposta de instituir o MD. Segundo dados recolhidos pelo segundo autor deste artigo, que vem há quatro anos realizando pesquisas de opinião junto aos congressistas brasileiros, existe ampla aceitação acerca da tese sobre a criação do MD. E isto mesmo entre os parlamentares que no passado apoiaram o regime militar. Já no final da legislatura 1987/91, numa amostra representativa de 244 congressistas, quando confrontados com a afirmação "em vez de ter vários ministérios militares, o Brasil deve ter um único Ministério da Defesa", 67%

afirmaram concordar plenamente ou em termos com tal afirmação. Indagados sobre "se for criado o MD, o ministro deve ser um civil", 63% concordaram.

Noutra pesquisa realizada em 1993, dentre 185 parlamentares da legislatura atual, a porcentagem dos que aceitariam um ministro civil à frente do MD não se alterou. Enquanto isto, a aceitação do próprio MD cresceu para 76%. É interessante notar que o maior crescimento da aceitação da tese do MD é proveniente de partidos conservadores (PPR, PFL, PTB, PRN etc.), a maioria dos quais oriundos da antiga Arena. Em 1990, os membros destes partidos estavam divididos sobre a tese do MD (somente 52% a favor); no entanto, em 1993, o apoio cresceu para 73% entre os mesmos. Deve-se ressaltar que estes dados foram colhidos com garantia de anonimato das respostas individuais. Nada garante que em público os congressistas traduzirão suas opiniões em voto. No entanto, há suficiente espaço político para se tentar negociar a criação do MD. Caso FHC opte por levar adiante tal debate, estará dando uma grande contribuição para a consolidação da democracia brasileira.

* Jorge Zaverucha é professor adjunto da UFPE e Timothy J. Power é professor da Louisiana State University e atualmente é professor visitante da Universidade de Brasília